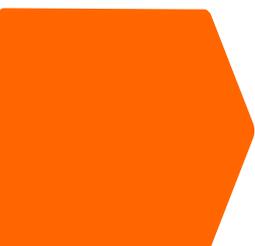


# RELATO FINANCEIRO

2021



**Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia**



# ÍNDICE

## RELATO FINANCEIRO

### RELATO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO.....	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	6
INVESTIMENTOS.....	11
COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES.....	21

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

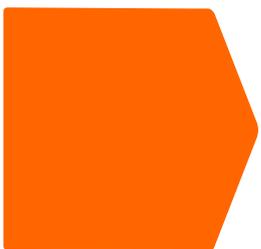
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES



# RELATÓRIO DE GESTÃO

# INTRODUÇÃO

## RELATO FINANCEIRO

### ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- Na Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

### FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI GARANTIA

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia financia um plano de pensões de benefício definido, co-financia outro plano de pensões de benefício definido e financia diversos planos de contribuição definida.
- Durante o ano de 2021 não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.
- Em 31 de dezembro de 2021, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ascendia a 68,344,424 euros.

# INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

## FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI GARANTIA

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

Valores em euros

<b>Valor do Fundo em 31.12.2020</b>	<b>64,903,618</b>
Contribuições	5,451,309
Benefícios pagos	(2,443,845)
Transferências	1,038,311
Prémio de Seguros	-
Rendimento Líquido	(604,969)
<b>Valor do Fundo em 31.12.2021</b>	<b>68,344,424</b>

§

# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### EUA

Apesar de um ano ainda afetado pela pandemia, a atividade económica nos EUA recuperou de forma considerável em 2021 (estima-se que o PIB tenha crescido 5.4% no conjunto do ano), tendo alcançado os níveis pré-pandemia no 2T 2021. De igual modo, o mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, com a taxa de desemprego a cair para os 3.9% no final do ano e uma criação média mensal de 537,000 postos de trabalho. Estes dados indicam que o mercado de trabalho estará próximo de atingir níveis compatíveis com o pleno emprego, provavelmente com uma taxa de participação estruturalmente inferior ao nível pré-pandemia. A recuperação notória da atividade, o baixo desemprego e os níveis elevados da taxa de desvinculação (*quit rate*) contribuíram para dificuldades persistentes no preenchimento das vagas de emprego disponíveis, colocando pressão adicional sobre os salários, uma dinâmica particularmente preocupante num contexto de inflação já elevada. De facto, a taxa de inflação nos EUA surpreendeu em 2021, atingindo os 7.0% em dezembro (4.7% no conjunto do ano). Para este comportamento têm contribuído a escassez do lado da oferta, devido às perturbações nas cadeias de produção mundial, e os aumentos salariais. Perante este cenário, a Fed abandonou o conceito de transitoriedade para descrever a inflação elevada e anunciou uma aceleração do *tapering* e início da subida das taxas já em 2022.

Para 2022, espera-se que a economia norte-americana desacelere para 3.5%, com o cenário condicionado pela evolução da pandemia e os impactos que ela poderá ter no agravamento dos atuais problemas das cadeias de fornecimento global. A inflação irá marcar a agenda económica em 2022 nos EUA, o que explica a recente atitude *hawkish* da Fed, apesar dos riscos que a pandemia impõe no cenário de crescimento. A inflação estará particularmente pressionada nos primeiros meses de 2022, devido ao custo crescente dos inputs perante a persistência de estrangulamentos e aumento dos custos da mão de obra. A segunda metade do ano trará uma desaceleração, com a nossa expectativa de que, no conjunto do ano, a inflação se situe em 5.1%. Entretanto, a Fed irá, a partir de janeiro, acelerar o ritmo do *tapering* (o ritmo de redução das compras mensais será de 30,000 milhões de dólares) e antecipará o fim das compras líquidas de ativos para março. As taxas de juro deverão sofrer três subidas em 2022, terminado o ano em 1.0%.

§

# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### ZONA EURO

A economia da área do euro terá crescido 5.1% em 2021, um ritmo insuficiente para compensar a queda de 6.5% ocorrida em 2020. De facto, a região ainda foi fortemente afetada pela pandemia, com avanços desiguais na vacinação (entre os 90% em Portugal e os 48% na Eslováquia) e com o aparecimento, no final do ano, de uma nova variante, que obrigou alguns países a adotarem medidas mais restritivas. A isto juntou-se, nos últimos meses do ano, um agravamento acentuado dos custos com a energia e os estrangulamentos nas cadeias de abastecimento globais, fator que afetou, de forma muito mais crítica, as economias mais industriais, como o caso da economia alemã. Neste contexto, a taxa de inflação aumentou para 2.6% no conjunto do ano, com a taxa de inflação a atingir os 5.0% homólogo em dezembro. Para além do aumento dos preços da energia e dos estrangulamentos, concorrem também os efeitos de base do corte temporário do IVA na Alemanha no segundo semestre de 2020. Ainda assim, de forma distinta ao que acontece nos EUA, as pressões do lado do mercado de trabalho não estão ainda a ocorrer na Zona Euro. Neste contexto, o BCE continua a indicar o carácter temporário do aumento dos preços para não subir as taxas de juro no curto prazo.

O ano de 2022 deverá voltar a ser de crescimento considerável (prevemos 4.1%), ainda que o 1T traga desafios consideráveis relacionados com a expansão da variante Ómicron e os estrangulamentos do lado da oferta. Além disso, e a nível europeu, é necessário considerar que alguns dos projetos incluídos nos planos nacionais de recuperação desenvolvidos ao abrigo do NGEU podem ter de ser adiados devido à falta de materiais, adiando as perspetivas de recuperação. Por sua vez, a taxa de inflação deverá continuar pressionada nos primeiros meses do ano, mas a pressão deverá diminuir após a primavera, à medida que os estrangulamentos globais sejam resolvidos e os preços energéticos abrandem, uma vez que, ao contrário dos EUA, os salários na Zona Euro estão contidos. Ainda assim, não é de menosprezar os riscos ascendentes para a nossa previsão da inflação de 2.8% para o ano, resultantes da possibilidade de maior persistência dos estrangulamentos e dos preços da energia, dos efeitos de segunda ordem derivados destes dois fatores, procura reprimida e transição energética. Do mesmo modo, importar acompanhar a evolução salarial, num contexto em que alguns países começam a reconhecer alguns problemas na procura de mão-de-obra. Do lado da política monetária, o bom

§



# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

desempenho da economia da Zona Euro e a persistência das pressões inflacionistas permitiram ao BCE anunciar o seu plano de redução de compras líquidas de ativos em 2022, embora com um objetivo consideravelmente menos agressivo do que o da Fed. Em particular, antecipou uma redução no ritmo de compras do PEPP (provavelmente para 50,000 milhões de euros por mês) no 1T 2022 e a sua cessação no final de março. Entretanto, planeia aumentar as compras de ativos líquidos do APP no 2T e 3T para 40,000 e 30,000 milhões de euros, respetivamente, para regressar aos 20,000 milhões em outubro. Ainda assim, o BCE mantém a flexibilidade e disponibilidade para atuar caso a economia dê sinais de fragilidade ou a pandemia agrave substancialmente.

# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### PORTUGAL

A COVID-19 ainda dominou o ano 2021, com um crescimento muito significativo de casos no início do ano e novo confinamento restrito. Depois disso, o processo de vacinação avançou a um bom ritmo, permitindo que chegássemos ao final do ano com quase 90% da população completamente vacinada. Num contexto de menores restrições e perante o sucesso da vacinação, de acordo com as nossas projeções, o PIB terá crescido 4.3% no conjunto de 2021, uma recuperação forte, mas insuficiente para recuperar os níveis pré-pandemia. Entretanto, o aparecimento da nova variante Ómicron, que obrigou a medidas adicionais nos últimos dias do ano, a crise energética e os problemas das cadeias de abastecimento globais terão contribuído para a desaceleração económica no final do ano. Por seu lado, o mercado de trabalho manteve-se imune à pandemia, um comportamento explicado pelas medidas de apoio ao emprego e o recurso ao teletrabalho. De facto, o emprego aumentou em 2021 e ultrapassou os níveis pré-pandemia, enquanto a taxa de desemprego se estima em 6.6% no conjunto de 2021 (7.0% em 2020). Ainda que de forma menos acentuada do que noutros países, também a taxa de inflação acelerou nos últimos meses do ano, atingindo os 2.7% em dezembro, um comportamento explicado pelo aumento dos preços da energia e alimentos; ainda assim, para o conjunto do ano, fixou-se em 1.3%. Por outro lado, a pandemia parece não ter qualquer efeito sobre o mercado imobiliário residencial, antecipando-se que os preços tenham crescido quase 8% no conjunto do ano, um contexto favorecido pelo ambiente de baixas taxas de juro, elevadas poupanças e procura por ativos rentáveis, e investimento de estrangeiros; a construção continua a evoluir favoravelmente e não existem sinais de excesso de oferta no mercado residencial. O ano ficou ainda marcado pela não aprovação da Proposta de Orçamento de Estado para 2022, levando à dissolução do Governo e marcação de eleições legislativas antecipadas para final de janeiro de 2022.

Para 2022, esperamos que a economia cresça 4.9%, com o apoio do turismo, dos fundos europeus, e canalização para consumo de poupanças acumuladas nos períodos de confinamento mais restrito. A pandemia, o risco de prolongamento da crise energética e dos problemas das cadeias de abastecimento globais manter-se-ão uma fonte de incerteza, mas o espírito é de confiança: as questões da crise energética e estrangulamentos devem estar resolvidas na segunda metade do ano e a possibilidade de adaptar as vacinas já existentes às novas variantes convidam-nos a pensar que

§



# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

apenas se assistirá a episódios pontuais de maior incerteza, sem um efeito persistente na atividade económica. O emprego continuará a aumentar, mas a um ritmo menor, reforçando os sinais de falta de trabalhadores em alguns sectores de atividade; esperamos que a taxa de desemprego caia para 6.1%. A taxa de inflação ainda continuará pressionada nos primeiros meses do ano, devido aos custos das matérias-primas e da energia, contribuindo para uma inflação média anual de 2.2% em 2022. No mercado imobiliário, o fim dos Vistos Gold em Lisboa e Porto e algum arrefecimento da procura doméstica contribuirão para a desaceleração dos preços (antecipamos 4.0% para o conjunto do ano).

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Limite Máximo
Ações	0%	20%
Obrigações	50%	100%
Retorno Absoluto	0%	20%
Imobiliário	0%	20%
Liquidez	0%	50%

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.

§

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

A BPI Vida e Pensões publica no seu site ([www.bpividaepensoes.pt](http://www.bpividaepensoes.pt)) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

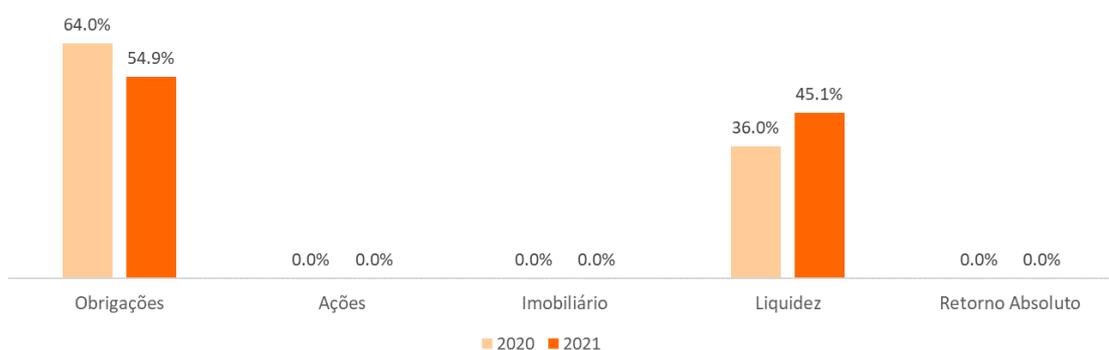
§

# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2021 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

§

# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a alocação a 31.12.2021:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2021	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	50.0%	100.0%	54.9%	Cumpre
Ações	0.0%	20.0%	0.0%	Cumpre
Imobiliário	0.0%	20.0%	0.0%	Cumpre
Liquidez	0.0%	50.0%	45.1%	Cumpre
Retorno Absoluto	0.0%	20.0%	0.0%	Cumpre

§

# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.0%	1	-0.4%
Nos últimos 3 anos	0.0%	1	-0.4%
Nos últimos 12 meses	-0.1%	1	-0.5%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### Observações

- O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rendibilidade efetiva} = (UP_f / Up_i) - 1$$

Em que,  $UP_f$  = Valor da unidade de participação no final do período de referência

$Up_i$  = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{rendibilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que,  $n$  = número de dias do período de referência da rendibilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que,  $r_t$  = rendibilidade efetiva semanal no período  $t$

$T$  = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rendibilidade

$r$  = média aritmética simples das rendibilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

**Baixo Risco**

Remuneração potencialmente mais baixa

**Elevado Risco**

Remuneração potencialmente mais elevada

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---





# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

O ano de 2021 revelou-se um ano de crescimento económico, com bom desempenho das empresas e recuperação global do consumo, assentes ainda em níveis de liquidez elevados, dadas as políticas expansionistas dos bancos centrais. Alguns constrangimentos nas cadeias de distribuição, por confinamentos pontuais e o disparar do consumo, resultaram na forte subida do custo das matérias-primas e conseqüentemente níveis de inflação acima do estimado, fator este amplamente debatido pelos diferentes bancos centrais e analisado como pontual e não estrutural.

O desempenho da carteira acabou por ser bastante penalizado nas suas principais componentes. Por um lado, a subida das taxas de juro levou a que os ativos de taxa fixa obtivessem um desempenho negativo e, por outro lado, a remuneração bastante negativa da componente de liquidez resultou também num desempenho negativo desta componente da carteira do Fundo de Pensões Aberto Garantia.

# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## RISCOS MATERIAIS

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, em 31.12.2021, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Acções	Obrigações	Câmbio			Diretos	Indiretos	
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
	X			X			

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.

## Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Acções – Perdas decorrentes de alterações de preços de acções
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

# COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

## RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2021, encontra-se descrito no quadro seguinte:

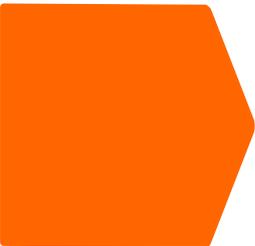
Valores em euros

Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
49	1,254,004	672,575	186%	264,105	475%

Lisboa, 28 de fevereiro de 2022

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semina



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# Demonstrações Financeiras

**BPI Garantia**  
Fundo de Pensões Aberto

31 de dezembro de 2021

## Demonstração da Posição Financeira

Valores em EUR

Notas	Demonstração da posição financeira	31 dez 2021	31 dez 2020
	<b>Ativo</b>		
	<b>Investimentos</b>		
5	Títulos de dívida pública	38.077.382	34.324.376
5	Outros títulos de dívida	23.066.567	21.276.909
6	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6.868.430	8.641.750
7	<b>Outros ativos</b>		
	Devedores		
	Acréscimos e diferimentos	421.380	809.663
	<b>Total do Ativo</b>	<b>68.433.759</b>	<b>65.052.700</b>
8	<b>Passivo</b>		
	Credores		
	Entidade gestora	74.435	133.215
	Estado e outros entes públicos	6.006	7.412
	Outras entidades	8.895	8.455
	<b>Total do Passivo</b>	<b>89.336</b>	<b>149.082</b>
	<b>Valor do fundo</b>	<b>68.344.424</b>	<b>64.903.618</b>
	<b>Valor da unidade de participação</b>	<b>11,9849</b>	<b>12,0001</b>

## Demonstração de Resultados

Valores em EUR

Notas	Demonstração de resultados	31 dez 2021	31 dez 2020
9	Contribuições	14.859.041	11.631.964
10	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(10.813.266)	(6.508.285)
11	Ganhos líquidos dos investimentos	(928.266)	(1.164.381)
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	877.250	1.191.345
	Outros rendimentos e ganhos	82.076	13.221
13	Outras despesas	(636.029)	(592.498)
	<b>Resultado líquido</b>	<b>3.440.806</b>	<b>4.571.365</b>



## Demonstração de Fluxos de Caixa

Valores em EUR			
Notas	Demonstração de Fluxos de Caixa	31 dez 2021	31 dez 2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Contribuições			
	Contribuições dos associados	5.451.309	5.315.536
	Transferências	9.407.731	6.316.428
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos			
	Pensões pagas	(314.565)	(141.825)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias	-	-
	Capitais vencidos (remições/vencimentos)	(2.130.688)	(1.727.909)
	Transferências	(8.369.420)	(4.661.645)
Remunerações			
	Remunerações de gestão	(576.589)	(541.719)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	(35.228)	(32.504)
Outros rendimentos e ganhos			
	Outras despesas	(748)	(4.206)
	<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>3.431.805</b>	<b>4.522.155</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos			
	Alienação / reembolso dos investimentos	148.250.149	105.971.621
	Rendimentos dos investimentos	1.265.533	912.373
Pagamentos			
	Aquisições de investimentos	(154.721.078)	(116.165.056)
	Comissão de transação e mediação	271	(2.090)
	Outros gastos com investimentos	-	(7)
	<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(5.205.125)</b>	<b>(9.283.158)</b>
	<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1.773.320)</b>	<b>(4.761.004)</b>
	<b>Efeitos de alterações da taxa de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Caixa no início do período de reporte</b>	<b>8.641.750</b>	<b>13.402.754</b>
	<b>Caixa no fim do período de reporte</b>	<b>6.868.430</b>	<b>8.641.750</b>



# Notas às Demonstrações Financeiras

## 1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia (“Fundo”) iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Financia planos de pensões de contribuição definida (Plano CD) e de benefício definido (Plano BD). O Fundo tem 73 planos de pensões financiados por adesões coletivas (71 de contribuição definida e 2 de benefício definido).

O regulamento de gestão data de 31 de dezembro de 2014, sendo a entidade gestora, a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora” ou “BPI Vida e Pensões”). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. (“Banco BPI”).

## 2. Alterações ocorridas nos planos de pensões

Durante o exercício de 2021 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 84 - Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 2 – Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 4 – Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 18 – Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 27 – Alteração do Plano de Pensões e inclusão de nova Associada;
- Associada da adesão nº 29 – Alteração de Contrato - Suspensão de contribuições;
- Associada da adesão nº 35 – Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 46 – Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 66 – Alteração do Plano de Pensões.

## 3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2021 e 2020, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

## 4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:



#### 4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### 4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da entidade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o ISMA – *International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela entidade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da entidade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro

efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

#### 4.3. Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” da demonstração de resultados.

#### 4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de adesão, são contabilizadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Entidade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

#### 4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

#### 4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.



As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” na demonstração de resultados.

#### 4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

#### 5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira do Fundo é composta por títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de 61.143.949 euros, o que representa um aumento de 10% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2020.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 421.380 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

Valores em EUR

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	31/dez/21
<b>Títulos de dívida pública</b>					
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-10.06.2022	7 421 659	(1 457)	-	-	7 420 202
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-06.05.2022	7 217 913	(2 433)	-	-	7 215 480
ADIF ALTA VELOCIDAD-1.875%-22.09.2022	6 112 500	(11 940)	-	30 822	6 100 560
HTM - OTRV JULHO 2025	5 506 052	(48 254)	-	23 654	5 457 798
BONOS Y OBLIG DEL E-5.85%-31.01.2022	3 397 123	(80 887)	-	176 654	3 316 236
HTM - OT-5.65%-15.02.2024	2 914 913	(139 466)	-	123 449	2 775 448
HTM - OT-4.95%-25.10.2023	2 835 208	(123 661)	-	22 716	2 711 547
REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA 2017-2022	2 079 945	(13 033)	-	1 996	2 066 913
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-08.04.2022	802 041	(745)	-	-	801 296
HTM - OT 2.2%- 17.10.2022	216 470	(4 567)	-	942	211 903
<b>Total Títulos de dívida pública</b>	<b>38 503 825</b>	<b>(426 443)</b>	<b>-</b>	<b>380 231</b>	<b>38 077 382</b>
<b>Outros títulos de dívida</b>					
SOGRAPE EM21 - 211122..220126, .00%	5 000 000	-	-	-	5 000 000
NOS SGPS-2015-2022	3 055 650	(45 510)	-	13 617	3 010 140
HTM - GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-19.03.2026	2 535 450	(7 042)	-	314	2 528 408
HTM - EDP FINANCE BV CZ 12.11.2023	2 135 110	5 175	-	-	2 140 285
GALP ENERGIA SGPS SA-1%-15.02.2023	2 134 440	(13 419)	-	18 353	2 121 021
PC EEM EM 13 - 211105..220114, .00%	1 600 000	-	-	-	1 600 000
HTM - DIGITAL DUTCH FINCO BV-TV-23.09.2022	1 500 000	-	-	-	1 500 000
HTM - REGIAO AUTONOMA A CORES-0.603%-21.07.2026	1 500 000	-	-	4 039	1 500 000
SONAE 1027 - 211223..220106, .00%	1 000 000	-	-	-	1 000 000
HTM - CARREFOUR BANQUE-TV-12.09.2023	801 475	(602)	-	26	800 873
HTM - GRUPO PESTANA -2.5%-23.09.2025	696 225	794	-	4 747	697 019
EDA EM 291 - 211230..220228, .00%	600 000	-	-	-	600 000
UNILEVER EM 91 - 211209..220110, .00%	400 000	-	-	-	400 000
HTM - REGIAO AUTO DA MADEIRA-TV-27.12.2022	171 023	(2 201)	-	53	168 822
<b>Total Outros Títulos de dívida</b>	<b>23 129 373</b>	<b>(62 806)</b>	<b>-</b>	<b>41 149</b>	<b>23 066 567</b>



Face a 2020, verificou-se uma alteração relativa relevante na composição da carteira de “Títulos de dívida pública” (aumento de 11%, no valor 3.753.006 euros).

## **Riscos associados à carteira de investimentos**

### Exposição e Origem do Risco

- **Risco de mercado:** é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- **Risco de taxa de juro:** risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa
- **Risco de crédito:** corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- **Risco cambial:** resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- **Risco de liquidez:** consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- **Risco operacional:** resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Entidade Gestora.

### Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o *Value-at-Risk* (“VaR”) para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição *ex-ante* das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um *benchmark*, passou assim a ser aferida em cada momento através do software “PORT”. Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da *Bloomberg*, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta



dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

#### Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias. Em 31 de dezembro de 2020, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
0,16	108.017	-	0,16	-

#### 6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica refere-se essencialmente a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, Santander e Sabadell.

##### Valores em EUR

Descrição	31 dez 2021	31 dez 2020
Depósitos à ordem	6.868.430	8.641.750
<b>Total</b>	<b>6.868.430</b>	<b>8.641.750</b>

#### 7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica respeita a juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida registados em Acréscimos e Diferimentos.

##### Valores em EUR

Outros ativos	31 dez 2021	31 dez 2020
Juros a receber	421.380	809.663
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>421.380</b>	<b>809.663</b>
<b>Total</b>	<b>421.380</b>	<b>809.663</b>



## 8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica respeita essencialmente a valores a pagar à Entidade Gestora pela Comissão de Gestão Financeira.

### Valores em EUR

Passivo	31 dez 2021	31 dez 2020
Entidade gestora	74.435	133.215
Estado e outros entes públicos	6.006	7.412
Comissões	8.895	8.455
Outras entidades	8.895	8.455
<b>Credores</b>	<b>89.336</b>	<b>149.082</b>
<b>Total</b>	<b>89.336</b>	<b>149.082</b>

## 9. Contribuições

Durante o exercício de 2021, as contribuições efetuadas foram inferiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

### Valores em EUR

Contribuições 2021		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
6.834.715	5.451.309	(1.383.406)

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os Associados e efetuaram as seguintes contribuições:

### Valores em EUR

Contribuições 2021			Contribuições 2020
Associados	Transferências	Total	
5.451.309	9.407.731	14.859.041	11.631.964

## 10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os benefícios pagos e as transferências e remissões têm a seguinte composição:

### Valores em EUR

Pensões	31 dez 2021	31 dez 2020
Pensões de velhice	4.312	4.312
Pensões de invalidez	5.012	3.609
Pensões de viuvez	3.279	3.279
<b>Pensões</b>	<b>12.603</b>	<b>11.200</b>
Transferências	8.369.420	4.661.645
Remissões	2.130.688	1.727.909
Reembolso Capital IRS	300.554	107.530
<b>Outros</b>	<b>10.800.662</b>	<b>6.497.084</b>
<b>Total</b>	<b>10.813.266</b>	<b>6.508.285</b>



De salientar a variação significativa da rubrica “Transferências”, tendo variado 3.707.775 euros (80%) em 2021 face a 2020.

### 11. Ganhos Líquidos dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR	2021			2020	
	Ganhos Líquidos	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida		Total
Mais Valias		40	5.986	<b>6.026</b>	<b>2.019</b>
Menos Valias		(684.283)	(250.009)	<b>(934.291)</b>	<b>(1.166.400)</b>
<b>Total</b>		<b>(684.243)</b>	<b>(244.023)</b>	<b>(928.266)</b>	<b>(1.164.381)</b>

### 12. Rendimentos Líquidos dos Investimentos

Na seguinte tabela apresentam-se os juros e dividendos obtidos durante os exercícios de 2021 e 2020 pelos investimentos detidos pelo Fundo.

Valores em EUR			
Investimentos	31 dez 2021	31 dez 2020	
Títulos de dívida pública	369.542	411.819	
Outros títulos de dívida	503.299	778.397	
Outros	4.408	1.129	
<b>Total</b>	<b>877.250</b>	<b>1.191.345</b>	

### 13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário. O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2021 e 2020 é apresentado na tabela em baixo:

Valores em EUR			
Outras Despesas	31 dez 2021	31 dez 2020	
Comissões de Gestão Financeira	570.794	526.489	
Comissão de Depósito	35.668	33.279	
Comissões de Corretagem	-	191	
<b>Comissões</b>	<b>606.462</b>	<b>559.959</b>	
Imposto selo s/ comissões	23.010	21.211	
Outras Despesas	5.208	9.920	
Taxa para I.S.P.	1.349	1.408	
<b>Outros</b>	<b>29.567</b>	<b>32.539</b>	
<b>Total</b>	<b>636.029</b>	<b>592.498</b>	



As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme se segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia (“Fundo”), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 68.433.759 Euros e um valor do Fundo de 68.344.424 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.440.806 Euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

#### 1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos do Fundo

##### Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos registados na carteira de investimentos ascendiam a 61.143.949 Euros, correspondente a cerca de 89% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.

### A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre estes ativos, os registos contabilísticos e a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2021;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF;
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

### **Responsabilidades do Órgão de Gestão da Entidade Gestora e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Imobiliário; a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, a avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão do Fundo foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019. Fomos renomeados pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora em 16 de julho de 2020, e em 26 de outubro de 2021 para os anos de 2020 e 2021.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 22 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
  - i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 11/2020-R, de 3 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Lisboa, 22 de março de 2022

PAULO JORGE  
DUARTE GIL  
GALVAO ANDRE

Digitally signed by  
PAULO JORGE DUARTE  
GIL GALVAO ANDRE  
Date: 2022.03.22  
17:21:22 Z

---

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.  
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André